



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 23 de março de 2011

FOLHA DE SÃO PAULO CHINA DIZ QUE CABE AO BRASIL TORNAR-SE MAIS COMPETITIVO VEICULAÇÃO NACIONAL	1
CORREIO BRAZILIENSE Menos custos para vencer importados VEICULAÇÃO NACIONAL	2
REVISTA VEJA Dilma prorroga zona franca de Manaus por 50 anos VEICULAÇÃO NACIONAL	3
PORTAL DA AMAZÔNIA Zona Franca de Manaus prorrogada por mais 50 anos, garante Dilma VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O ESTADÃO Dilma prorroga zona franca de Manaus por 50 anos VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA.COM Dilma prorroga zona franca de Manaus por 50 anos VEICULAÇÃO NACIONAL	6
PORTAL FATOR BRASIL Indústria apresentará propostas à política industrial em 02 de abril VEICULAÇÃO NACIONAL	7
PORTAL A CRITICA Dilma diz que Zona Franca de Manaus tem validade até 2073 VEICULAÇÃO NACIONAL	8
PLANALTO / BLOG Zona Franca de Manaus terá licença prorrogada por mais 50 anos VEICULAÇÃO NACIONAL	9

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO CHINA DIZ QUE CABE AO BRASIL TORNAR-SE MAIS COMPETITIVO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em palestra no Rio, embaixador chinês refuta críticas a câmbio

CLAUDIA ANTUNES

DO RIO

O embaixador chinês no Brasil, Qiu Xiaoj, disse que a visita "histórica" da presidente Dilma Rousseff a Pequim, em abril, fortalecerá a "relação estratégica" bilateral, mas que cabe aos brasileiros resolver o problema da pauta de exportações para seu país, dominada por matérias-primas.

"Vocês têm de fazer seus próprios esforços para a competitividade da indústria e da economia. Se o Brasil não vender esses produtos minério, petróleo, soja, o que vai exportar para manter esse nível de intercâmbio?", disse, referindo-se ao superavit de US\$ 5 bilhões do lado brasileiro, em 2010.

Qiu repetiu que a China é uma "economia de mercado, aberta". Se disse disposto a "esforço conjunto" para melhorar o comércio. Mas deu estocada na Fiesp pela crítica ao câmbio chinês desvalorizado, que originaria concorrência desleal com a indústria nacional.

"A Fiesp não representa a opinião de toda a sociedade do Brasil. Muitos setores sabem que a parceria beneficia os dois lados."

Ele disse que Pequim está ajustando gradualmente sua taxa de câmbio, mas que não age "sob pressão".

Lembrou que o Plano Quinquenal recém-aprovado vai privilegiar a qualidade e a distribuição do crescimento.

Os salários subirão e, com isso, o preço dos produtos chineses.

Previu que isso provocará reclamações: "Quando os produtos da China são baratos, vocês se queixam.

Quando são caros, se queixam outra vez. É um problema."

O embaixador fez palestra em "portunhol" promovida pela Coppe (programa de pós-graduação em engenharia) e o Instituto de Economia da UFRJ, que têm convênios com universidades chinesas.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Menos custos para vencer <u>importados</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Indústria conclui documento que pedirá ao governo condições mais favoráveis de competição. Real valorizado, infraestrutura precária e tributação são os inimigos

Sílvio Ribas

A indústria cobra das autoridades a implementação imediata de uma agenda de cortes nos custos de **produção** no país para enfrentar a concorrência de artigos **importados**, sobretudo asiáticos. É com essa tônica que empresários de diversos ramos encaminharão ao ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**ental, até o começo de abril, subsídios para a elaboração da nova Política de **Desenvolvimento** Produtivo, batizada pela sigla PDP2.

O documento que lista um conjunto de 94 obstáculos à competitividade do país vem sendo debatido desde janeiro e foi aprovado ontem pelo Fórum Nacional da Indústria, órgão consultivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A maioria das demandas saídas do encontro de representantes de 53 entidades na sede paulista da CNI faz parte de uma conhecida pauta de reivindicações. A diferença, agora, está nas novas ênfases dadas às pressões dos preços da energia e da recente disparada das **importações**.

“Estamos tão atrasados no ataque de problemas referentes ao cotidiano das empresas que 90% das nossas contribuições são temas recorrentes”, disse ao Correio o diretor executivo da CNI e coordenador do Fórum Nacional da Indústria, José Augusto Fernandes. Por conta dessa realidade, acrescentou ele, a agenda brasileira de competitividade acaba sendo “mais estrutural que estratégica”.

Canal

Para o diretor, os fatos que tornam o país “um dos mais caros do mundo” vão da valorização cambial a gargalos de infraestrutura e passam ainda por questões regulatórias. Apenas a tributação de investimento na **produção** resulta, segundo Fernandes, numa diferença de custo de 10% a 15% a favor dos competidores internacionais.

A partir do encaminhamento das propostas, o conselho empresarial espera manter um canal permanente de negociação com os secretários do Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), responsáveis pela elaboração da PDP2. A nova política industrial do país só deve ser divulgada no fim do semestre. Criado em 2003, o fórum discute questões nacionais e sugere ações para o aperfeiçoamento de políticas públicas que interferem na competitividade das empresas.

Fernandes admite que as sugestões consideradas mais **importantes** pelos empresários dependem mais de outros ministérios que do **Mdic**. “A exemplo do que ocorre no Reino Unido, o ministro da indústria torna-se um defensor da competitividade dentro do próprio governo”, sublinhou. As exceções estão nas questões específicas de **comércio** exterior, de inovação tecnológica e de financiamento — leia-se Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (BNDES).

A CNI proporá a abertura de linhas de crédito da instituição de fomento voltadas ao capital de giro de empresas, além de ampliar prazos de financiamento. “O custo do capital de giro no mercado financeiro normal é muito elevado para as indústrias. De uma hora para outra, a empresa está pagando 50% de juros ao ano”, ilustrou Robson Braga de Andrade, presidente da CNI. Ele recomendou a criação de fundos para garantir o financiamento.

Santo Antônio e Jirau paradas

A retomada da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, em Porto Velho, será definida apenas após a realização, hoje, de uma assembleia entre empregados e sindicato. Mais de 15 mil operários trabalham no empreendimento. A Santo Antônio Energia, responsável pela usina, informou que as obras foram interrompidas por segurança, em razão da proximidade com o canteiro da Usina Hidrelétrica de Jirau, parcialmente destruído na semana passada por uma série de tumultos. Os dois projetos permanecem parados, pois seus operários decidiram redefinir reivindicações. Em Jirau, apesar do anúncio da volta de 300 operários ao trabalho, não há previsão para a retomada. Ainda ontem, manifestantes foram presos no local sob a acusação de incitarem novos conflitos.

	VEÍCULO REVISTA VEJA	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma prorroga <u>Zona Franca de Manaus</u> por 50 anos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Segundo a presidente da República, decisão política já foi tomada


A **Zona Franca** de **Manaus** foi criada pelo **Governo Federal** em 1957 (Rodrigo Baleia)

A presidente Dilma Rousseff anunciou na terça-feira que a **Zona Franca** de **Manaus** (AM) será prorrogada por 50 anos. "Nós já tomamos a decisão política de prorrogar a questão da **Zona Franca** de **Manaus** por 50 anos a contar do prazo de vencimento", disse Dilma a jornalistas após participar de evento na capital amazonense.

Ela afirmou que o governo pensou em não colocar um prazo, mas optou por marcar um período em função da legalidade e da questão tributária. Disse ainda que o

Executivo pensa em estender os benefícios para a região para que haja uma alternativa à destruição da floresta amazônica.

A **Zona Franca** de **Manaus** foi criada pelo **Governo Federal** em 1957. Abrangendo uma área de 10 mil quilômetros quadrados, oferece incentivos fiscais e extrafiscais às empresas que nela se instalam. Entre os benefícios estão a redução de até 88% do Imposto de **Importação** sobre os insumos destinados à industrialização e a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO Zona Franca de Manaus prorrogada por mais 50 anos, garante Dilma		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

MANAUS - A prorrogação e expansão da Zona Franca de Manaus esteve entre os anúncios feitos pela presidente Dilma Rousseff (PT), em coletiva de imprensa, na tarde desta terça-feira (22). Ela visitou Manaus para o lançamento da Campanha de Prevenção e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e de Mama.

O período de implantação dos incentivos fiscais Zona Franca deve somar 50 anos ao período já aprovado, que vai até 2023. A medida é justificável, segundo a presidente, pela proteção da floresta amazônica que o benefício às indústrias proporciona. “Essa prorrogação é mais que necessária. O que estamos fazendo é levantando um muro virtual de proteção da floresta e da biodiversidade”, declarou.

Dilma assinalou ainda para a ampliação da Zona Franca aos estados da região Norte. "Pensando em estender porque temos a consciência de que é muito importante que, aqui na Amazônia, haja uma alternativa que não tenha a ver com a destruição da floresta e sim com a preservação da biodiversidade", disse.

Dilma Rousseff também confirmou que o Governo Federal vai explorar o potássio encontrado em municípios do interior do Amazonas e citou a continuidade das obras da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

	VEÍCULO O ESTADÃO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma prorroga <u>Zona Franca de Manaus</u> por 50 anos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

SÃO PAULO - A presidente Dilma Rousseff anunciou na terça-feira que a Zona Franca de Manaus (AM) será prorrogada por 50 anos.

"Nós já tomamos a decisão política de prorrogar a questão da Zona Franca de Manaus por 50 anos a contar do prazo de vencimento", disse Dilma a jornalistas após participar de evento na capital amazonense.

Ela afirmou que o governo pensou em não colocar um prazo, mas optou por marcar um período em função da legalidade e da questão tributária. Disse ainda que o governo pensa em estender os benefícios para a região para que haja uma alternativa à destruição da floresta amazônica.

A Zona Franca de Manaus foi criada pelo Governo Federal em 1957. Abrangendo uma área de 10 mil quilômetros quadrados, oferece incentivos fiscais e extrafiscais às empresas que nela se instalam.

Entre os benefícios estão a redução de até 88 por cento do Imposto de importação sobre os insumos destinados à industrialização e a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

(Reportagem de Carmen Munari)

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma prorroga <u>Zona Franca de Manaus</u> por 50 anos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Rousseff anunciou na terça-feira que a Zona Franca de Manaus (AM) será prorrogada por 50 anos.

"Nós já tomamos a decisão política de prorrogar a questão da Zona Franca de Manaus por 50 anos a contar do prazo de vencimento", disse Dilma a jornalistas após participar de evento na capital amazonense.

Ela afirmou que o governo pensou em não colocar um prazo, mas optou por marcar um período em função da legalidade e da questão tributária.

A residente disse ainda que o governo pensa em estender os benefícios para a região para que haja uma alternativa à destruição da floresta amazônica.

A Zona Franca de Manaus foi criada pelo Governo Federal em 1957. Abrangendo uma área de 10 mil quilômetros quadrados, oferece incentivos fiscais e extrafiscais às empresas que nela se instalam.

Entre os benefícios estão a redução de até 88 por cento do Imposto de Importação sobre os insumos destinados à industrialização e a isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

	VEÍCULO PORTAL FATOR BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria apresentará propostas à política industrial em 02 de abril		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente da CNI diz que segunda fase da PDP deve privilegiar a competitividade e a inovação nas empresas.

São Paulo – A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregará no dia 02 de abril ao Ministério do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** as propostas dos empresários para a nova fase da Política de **Desenvolvimento Produtivo (PDP2)**. As sugestões foram analisadas na reunião do Fórum Nacional da Indústria, realizada nesta terça-feira, 22 de março, no escritório da CNI em São Paulo. O resultado do debate será consolidado em um documento que será aprovado por representantes de 53 instituições empresariais.

“Vamos apresentar ao ministro Fernando **PIM**entel um documento com a visão e as propostas de todos os setores industriais”, disse o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, que coordenou a reunião do Fórum. Segundo ele, a PDP2 deve buscar a competitividade e a inovação e dar respostas rápidas para a superação dos desafios que o país e as empresas enfrentam. Entre esses desafios, destacou Andrade, estão a carga tributária, o alto custo dos financiamentos, os encargos sobre os salários, a burocracia no **comércio** exterior e os gargalos na infraestrutura.

“O Brasil tributa fortemente os investimentos”, alertou o presidente da CNI, defendendo a desoneração total dos bens de capital. Além da desburocratização do **comércio** exterior, outro ponto que a nova fase da política industrial deve contemplar é a defesa comercial. “Os produtos **importados** precisam atender às mesmas exigências cumpridas pelos produtos nacionais”, defendeu Andrade. Para ele, é

necessário criar mecanismos de aplicação de direitos provisórios nas ações antidumping que o Brasil mover contra competidores internacionais.

De acordo com o presidente da CNI, o documento da indústria também deve propor a manutenção do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), a recriação de linhas de crédito para capital de giro e a redução dos custos dos financiamentos do Banco Nacional de **Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**. Andrade destacou ser **importante** a ampliação dos limites de enquadramento das empresas no Simples Nacional. Atualmente, só podem usufruir dos benefícios do Simples as empresas que faturam até R\$ 2,4 milhões ao ano.

Lembrou que o país precisa definir regras claras que garantam segurança jurídica e acelerem os processos de licenciamento ambiental. Precisa ainda solucionar os gargalos da infraestrutura. “Nossa proposta para a PDP2 inclui políticas horizontais que favorecerão a competitividade de todas as empresas”, concluiu o presidente da CNI, em entrevista aos jornalistas depois da reunião do Fórum Nacional da Indústria.

O Fórum é um órgão consultivo da diretoria da CNI, que reúne os presidentes das associações nacionais setoriais da indústria, dos conselhos temáticos da CNI e integrantes do Conselho Nacional de Política Industrial.

	VEÍCULO PORTAL A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma diz que <u>Zona Franca de Manaus</u> tem validade até 2073		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Dilma disse que vai estender benefícios fiscais por mais 50 anos. Mas o modelo se sustenta até lá?

Manaus, 23 de Março de 2011

Cinthia Guimarães

Prorrogar os incentivos da Zona Franca de Manaus (ZFM) por mais 50 anos é a apenas uma ferramenta para a manutenção do modelo econômico na visão do meio empresarial e político local.

Para isso se concretizar, na visão deles, também é necessário frear as importações, a 'guerra fiscal' entre os estados brasileiros e aparelhar a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

A superintendente da Suframa, Flávia Grosso disse que o anúncio de prorrogação dos incentivos, feito ontem pela presidente Dilma Rousseff, é um compromisso de campanha dela, e fruto também do trabalho de parlamentares federais e do governo do Estado.

Na opinião do ex-senador Arthur Virgílio Neto (PSDB), que possui duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) tramitando no Congresso Federal sobre o tema, "só prorrogar resolve muito pouco". "É preciso estender a ZFM para a região metropolitana de Manaus, investir em logística, em inovação tecnológica, em capital intelectual. Não pode ter uma Suframa que não tem dinheiro nem para pagar telefone", exemplificou.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antonio Silva, também compartilha da mesma opinião que Arthur.

"Prorrogar a Zona Franca é válido desde que sejam mantidas as vantagens comparativas das indústrias aqui instaladas, para compensar dificuldades como a distância dos mercados fornecedores e consumidores, a ineficiência logística e de transporte de cargas".

Para o presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Wilson Périco, a prorrogação dos incentivos não vai ajudar muito se "não resolver a 'guerra fiscal' que os estados

estão promovendo e não frear as importações de produtos chineses que concorrem os nossos".

Para o presidente da Associação das Indústrias de Serviços do Polo Industrial de Manaus (Aficam), Cristóvão Marques Pinto, tão importante quanto a prorrogação é o combate ao contrabando.

"Se não tiver medida proibindo contrabando, importação na ZFM não adianta perenizar e prorrogar. Temos fábrica de componente morrendo. É preciso taxar os produtos importados e fiscalizar a pirataria que entra aqui".

Arthur Virgílio acredita que a proposta de Dilma deverá contar a partir de 2023, prazo de vigência atual do modelo econômico, que passaria, então a ser mantido até 2073. A presidente não deu detalhes sobre quando e como fará a prorrogação.

O que diz a Lei sobre a Zona Franca

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada em 1967, 21 anos antes da promulgação da Constituição em vigor no País.

No artigo 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Carta Magna de 1988, o modelo foi mantido "com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição".

Assim, a ZFM ficou garantida até o ano de 2013.

Em 2003, veio a Emenda Constitucional número 42, que acrescentou o artigo 92 ao ACDT, dando mais "dez anos ao prazo fixado no art. 40". Esta é a Lei em vigor, que garante a Zona Franca até 2023.

Em 7 de julho do ano passado, foi aprovada no Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 17/08, ampliando os benefícios da ZFM até 2033, mas esta PEC ainda não passou pela Câmara.

	VEÍCULO PLANALTO / BLOG	EDITORIA	
	TÍTULO Zona Franca de Manaus terá licença prorrogada por mais 50 anos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ladeada por mulheres, a presidenta Dilma esteve em Manaus para o lançamento do programa de prevenção e diagnóstico do câncer de mama e do colo do útero. Na oportunidade, anunciou decisão de ampliar por 50 anos incentivos para Zona Franca de Manaus e estendê-la para os demais estados do Norte do país. Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

A visita da presidenta Dilma Rousseff ao estado do Amazonas teve um viés econômico. Além da cerimônia de lançamento do Programa de Fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo do Útero e de Mama, a presidenta Dilma anunciou que vai prorrogar por mais 50 anos a licença da Zona Franca de Manaus e que tal procedimento se estenderá aos demais estados da região Norte. Com isso, a partir de 2013, quando termina o prazo de operação como Zona Franca, será instituído instrumento que dá mais meio século de prazo para o funcionamento especial do polo industrial.

A anúncio foi feito pela presidenta Dilma durante entrevista ao deixar o Teatro Amazonas, local da cerimônia de lançamento do programa. De acordo com o histórico, a licença da Zona Franca foi prorrogada pela primeira vez, dentro da vigência do modelo ZFM, de 1997 para 2007, por meio do Decreto nº 92.560, de 16 de abril de 1986. Em 1998, por meio do Artigo 40 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, o prazo foi ampliado para até 2013.

“Vamos criar um muro virtual de proteção à floresta e à biodiversidade”, diz a presidenta Dilma ao concluir a entrevista.

Na conversa com os jornalistas, a presidenta Dilma também tratou da questão da mina de potássio que existe naquele estado. O local pertence à Petrobras e sua exploração se dará para a produção de fertilizantes. Na semana passada, durante cerimônia que marcou o início da implantação de uma planta de produção de fertilizante em Uberaba, no Triângulo Mineiro, a presidenta Dilma havia destacado o uso da matéria-prima para produção e, deste modo, ajudar o Brasil a tornar-se exportador de fertilizantes. Atualmente, 60% do produto é importado.

“A mina de potássio está ligada a um elemento importante que é a segurança alimentar”, explicou.

Ainda durante a entrevista, a presidenta Dilma comentou sobre a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ocorrida no último fim de semana, e defendeu também a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sobre a Líbia, a presidenta Dilma disse que a posição do governo foi manifestada com nota à imprensa divulgada ontem (21/3) à noite pelo Ministério das Relações Exteriores. Na nota, o Itamaraty diz que “o governo brasileiro manifesta expectativa de que seja implementado um cessar-fogo efetivo no mais breve prazo possível, capaz de garantir a proteção da população civil, e criar condições para o encaminhamento da crise pelo diálogo”.

Zona Franca de Manaus -- A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi idealizada pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre.

Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. Foi instituído, assim, o atual modelo de desenvolvimento, que engloba uma área física de 10 mil km², tendo como centro a cidade de Manaus e está assentado em Incentivos Fiscais e Extrafiscais, instituídos com objetivo de reduzir desvantagens locais e propiciar condições de alavancagem do processo de desenvolvimento da área incentivada.

No mesmo ano de 1967, por meio do Decreto-Lei nº 291, o Governo Federal define a Amazônia Ocidental tal como ela é conhecida, abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. A medida visava promover a ocupação dessa região e elevar o nível de segurança para manutenção da sua integridade. Um ano depois, em 15 de agosto de 1968, por meio do Decreto-Lei Nº 356/68, o Governo Federal estendeu parte dos benefícios do modelo ZFM a toda a Amazônia Ocidental.

A partir de 1989, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que administra o modelo, passou a

abrigar em sua área de jurisdição sete Áreas de Livre **Comércio** (ALCs), criadas com objetivo promover o **desenvolvimento** de municípios que são fronteiras internacionais na **Amazônia** e integrá-los ao restante do país, por meio da extensão de alguns benefícios fiscais do modelo ZFM, da melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias e do fortalecimento do setor comercial, agroindustrial e extrativo.

A primeira a ser criada foi a de Tabatinga, no **Amazonas**, por meio da Lei nº 7.965/89. Nos anos seguintes, foram criadas as de Macapá-Santana (Lei nº 8.387/91, artigo II), no Amapá; Guajará-Mirim (Lei nº 8.210/91), em Rondônia; Cruzeiro do Sul e Brasileia-Epitaciolândia (Lei nº 8.857/94), no Acre; e Bonfim e Boa Vista (Medida Provisória 418/08), em Roraima.